

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO

É com grande alegria que oferecemos ao leitor a segunda edição do nosso *Manual dos Recursos Penais*.

Uma segunda edição é sempre motivo de orgulho, por ser uma indicação de que a obra teve boa acolhida. Neste caso, com sabor especial, na medida em que a primeira edição se esgotou em pouco mais de seis meses. Além da curiosidade do leitor, certamente a busca por informações sobre os reflexos do novo Código de Processo Civil no sistema recursal processual penal, em especial no recurso especial, extraordinário e embargos de divergência, colaboraram para isso.

Havia, portanto, dois caminhos a seguir: uma nova tiragem ou uma segunda edição. A opção por uma segunda tiragem era mais cômoda e simples, porém insatisfatória por incompleta. A escolha por uma segunda edição tinha a vantagem de permitir o acréscimo de novos posicionamentos doutrinários e, principalmente, dos primeiros julgados sobre o novo Código de Processo Civil, que em alguns pontos, se aplicam por analogia ao processo penal, e em muito outros, tem aplicação direta, como no caso do recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência na reclamação. Optou-se por uma nova edição.

Para tanto, foram analisados todos os julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, envolvendo os dispositivos do Código de Processo Civil, aplicáveis ao processo penal. Além disso, houve atualização jurisprudencial nos temas específicos do processo penal.

A nova edição também traz alguns acréscimos.

Na Parte II, no capítulo dos embargos de declaração, acrescido o item 14.2.1.5, que tratava do cabimento do recurso em razão de erros materiais, teve acrescida, também, a análise das hipóteses dos chamados “erros evidentes”. A novidade mais significativa, por outro lado, foi o acréscimo, na Parte III, que trata das ações autônomas de impugnação, do Capítulo 27, tratando da reclamação. Com isso, fica suprida incomoda e relevante lacuna da primeira edição.

Todos estes novos temas e assuntos o leitor encontrará nessa segunda edição, atualizada e ampliada.

Além disso, depois da publicação da primeira edição, muitos artigos foram escritos em razão das mudanças que a Lei 12.683/2012, ao Código de Processo Civil de 2015, em tema de recurso especial, extraordinário e embargos de divergência, o que propiciou novas reflexões que puderam ser incorporadas nessa segunda edição.

Não poderíamos deixar de agradecer à Nathália Cassola Zugaibe que fez uma leitura atenta da obra, indicando erros de digitação e equívocos em indicações de artigos de lei.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos aos leitores, pela acolhida carinhosa da primeira edição. Sem vocês, esta segunda edição não seria possível. Como sempre, suas sugestões e críticas serão sempre bem-vindas. Um abraço e boa leitura!

Gustavo Badaró

São Paulo, novembro de 2016.

INTRODUÇÃO

Uma justificação e uma homenagem

A doutrina nacional já teve obras fundamentais sobre os recursos penais.

Mais recentemente, e durante mais de uma década, o pedestal está ocupado, de forma merecida, pela magnífica obra de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes, *Recursos no Processo Penal*, que em 2011, atingiu a 7.^a edição.

Essa base é fundamental. Sem essas obras e, em especial, o livro *Recursos no Processo Penal*, de meus queridos Mestres das Arcadas, o livro que ora se oferece ao leitor não teria sido escrito. O livro de Ada, Magalhães e Scarance sempre será um porto seguro para todos que necessitam analisar os fundamentos doutrinários da teoria geral dos recursos, os recursos em espécie e as ações autônomas de impugnação.

Por que, então, uma nova obra sobre o mesmo tema?

Já se passaram 5 anos desde a última edição do *Recursos no Processo Penal*. E de lá para cá muita coisa mudou, nas leis e na jurisprudência.

Mudanças legislativas no próprio processo penal fizeram com que, em alguns pontos, houvesse necessidade de novas reflexões e teorias. As mudanças no Novo Código de Processo Civil também trouxeram reflexos diretos no sistema recursal do Processo Penal que, muitas vezes, por analogia, se vale das regras processuais não penais. Todavia, a mais significativa mudança se deu com a revogação dos arts. 26 a 28 da Lei 8.038/1990, e a consequente subordinação, no processo penal, do recurso especial, do recurso extraordinário e do agravo contra a denegação de tais recursos, ao novel regime do Código de Processo Civil de 2015.

Também é de se registrar que novas questões surgiram, com grande impacto no sistema recursal. A principal delas foi o novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, logo acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, de não aceitar a interposição de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário em *habeas corpus*. Mais recentemente, e ainda no tema do recurso em *habeas corpus*, a esdrúxula exigência de que fosse juntada procuração para que o recurso fosse conhecido, continua a sinalizar para uma jurisprudência defensiva, em que a grandeza do remédio heroico tem sido menoscabada pelo volume de serviço dos tribunais. A palavra de ordem é reduzir a enorme carga de trabalho, ainda que seja às custas da proteção máxima conferida à liberdade.

Outro motivo importante é a incorporação do conceito do direito ao duplo grau de jurisdição, assegurado no art. 8.2, *h*, da Convenção Americana de Direitos

Humanos. A garantia equivale ao direito previsto no art. 14.3 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o novo direito assegurado no art. 2.º do Protocolo VII da Convenção Europeia de Direitos Humanos, e que tem provocado profundas mudanças no ordenamento jurídico interno de vários países. Entre nós, contudo, o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o conteúdo do direito ao recurso do acusado não teve praticamente nenhum impacto. Embora sendo um *Manual*, numa parte propositiva e, por que não dizer, provocativa, o princípio do duplo grau de jurisdição é analisado como direito ao recurso do acusado contra sentença condenatória, funcionando como mecanismo de controle da superação da presunção de inocência quanto ao juízo fático, com a potencialidade de impor uma “dupla conforme” para a condenação e a liberação legítima do poder punitivo estatal.

Explicados os motivos da nova obra, cabem agora as merecidas homenagens.

Tenho não só respeito, mas impagável gratidão por Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes. A esses Mestres devo meu aprendizado. Recebi e sempre receberei inúmeras lições. Arguiram-me no mestrado, doutorado, concurso de admissão na docência e, mais recentemente, na livre-docência. Recebi orientações, exemplos, estímulos e o necessário incentivo para o ingresso na carreira acadêmica. Ada Pellegrini Grinover foi minha orientadora no mestrado e doutorado. Ainda aluno do mestrado e integrante do PAE, fui convidado por Antonio Scarance Fernandes para auxiliá-lo nas aulas de graduação nas turmas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Depois, já Professor das Arcadas, Antonio Magalhães Gomes Filho me honrou com o convite para com ele dividir as turmas no curso de pós-graduação.

Jamais pretenderei superá-los, até mesmo porque tenho consciência de meus limites e tal empreitada estaria além da minha capacidade. Sinto-me, porém, no dever, como discípulo, de dar continuidade a uma análise dogmaticamente séria e tecnicamente precisa do sistema recursal penal brasileiro, aliado aos estudos das principais questões práticas. Este livro é uma forma de contribuir com o trabalho dos meus Mestres. Poderei, e certamente o farei, se achar correto, discordar em um ou outro tema, fazendo a necessária e fundamentada argumentação crítica. Mas, só poderei fazê-lo, porque estes meus Professores e muitos outros grandes doutrinadores me deram o embasamento teórico para tanto. É sobre eles que me apoio, para tentar evoluir.

A John of Salisbury se atribui a frase: “Nós somos como anões sentados no ombro de gigantes. Nós vemos mais – e coisas que estão mais distantes – que eles, não porque nossa visão é superior ou porque somos mais altos que eles, mas porque eles nos engrandecem, já que sua grande estatura soma-se à nossa” (*The Metalogicon*, p. 1159). A citação foi retomada, por ninguém menos que Isaac Newton, em carta endereçada para Robert Hooke, em 15.02.1676: “Se vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS	
1. NOÇÕES GERAIS	31
1.1. Conceito de recurso	31
2. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	35
2.1. Recursos de devolução plena e parcial	35
2.2. Recursos de fundamentação livre e vinculada	36
2.3. Recursos ordinários e extraordinários	36
3. FUNDAMENTO DOS RECURSOS: O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO ...	39
3.1. Fundamento psicológico dos recursos.....	39
3.2. Fundamento político dos recursos.....	39
3.3. O fundamento jurídico dos recursos	40
3.4. Conteúdo do duplo grau de jurisdição	44
3.5. O direito de recorrer nas declarações internacionais de direitos humanos	45
3.6. Direito ao recurso: conteúdo segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos	49
3.7. A eficácia da regra do art. 8.2.h da CADH e do art. 14.5 do PIDCP ..	53
3.8. O recurso e a reconstrução histórica do fato	57
3.9. Duplo grau em matéria de fato e renovação da instrução em segundo grau.....	62
3.9.1. A solução espanhola	64
3.9.2. A solução italiana.....	67
3.10. Duplo grau de jurisdição e a competência originária dos tribunais ..	68
3.11. Proposta para uma leitura do duplo grau de jurisdição: direito ao recurso do acusado, para um controle epistêmico da presunção de inocência.....	72
4. A VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS	79
4.1. O denominado recurso <i>ex officio</i>	79

4.1.1.	Recurso de ofício da sentença que absolve sumariamente o acusado, no procedimento do Júri	83
4.1.2.	Recurso de ofício da sentença que concede <i>habeas corpus</i>	83
4.1.3.	Recurso de ofício da decisão de reabilitação	84
4.1.4.	Recurso de ofício da lei de economia popular	84
5.	PRINCÍPIOS RELATIVOS AOS RECURSOS	87
5.1.	Taxatividade.....	87
5.1.1.	Cabimento de recurso contra decisão juridicamente inexistente.....	87
5.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	91
5.3.	Fungibilidade recursal	93
5.3.1.	Variabilidade	98
5.4.	Dialeticidade	100
5.5.	Disponibilidade.....	102
5.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	103
5.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	105
5.7.1.	A proibição de <i>reformatio in pejus</i> indireta	108
5.7.1.1.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no Tribunal do Júri.....	109
5.7.1.2.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no caso de nulidade por juiz constitucionalmente incompetente.....	112
6.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO	115
6.1.	Juízo de admissibilidade	115
6.1.1.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal	115
6.1.2.	Objeto do juízo de admissibilidade recursal	117
6.1.3.	Resultado do juízo de admissibilidade recursal	119
6.2.	Juízo de mérito recursal.....	121
6.2.1.	Competência para o juízo de mérito recursal	121
6.2.2.	Objeto do juízo de mérito recursal	121
6.2.3.	Resultado do juízo de mérito recursal	122
7.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAIS	125
7.1.	Cabimento	125

7.2.	Legitimidade	126
7.2.1.	Legitimados gerais: as partes.....	127
7.2.2.	Legitimados especiais	129
7.3.	Interesse.....	133
7.3.1.	Interesse recursal do Ministério Público.....	135
7.3.2.	Interesse recursal do acusado	137
7.3.2.1.	Interesse do acusado em recorrer no caso de extinção da punibilidade	138
7.3.3.	Interesse do ofendido.....	142
7.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	142
7.4.1.	Fatos impeditivos.....	143
7.4.2.	Fatos extintivos.....	148
7.4.2.1.	Desistência	149
7.4.2.2.	Deserção	151
7.5.	Tempestividade	157
7.5.1.	Prazo e termo inicial do prazo: distinções	158
7.5.2.	Intimações eletrônicas e o termo inicial dos prazos.....	160
7.5.3.	Intimação do Ministério Público	162
7.5.4.	Termo a quo do prazo recursal.....	165
7.6.	Regularidade formal.....	165
8.	EFEITOS DOS RECURSOS	171
8.1.	Efeito devolutivo.....	172
8.1.1.	Extensão da matéria devolvida	174
8.2.	Efeito suspensivo	178
8.3.	Efeito regressivo.....	183
8.4.	Efeito extensivo	184
8.4.1.	A natureza do art. 580 do CPP.....	185
8.4.2.	Da necessidade do simultaneus processus.....	186
8.4.3.	Da aplicação analógica do art. 580 em processos distintos... ..	188

9. DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	193
9.1. Da apelação ordinária	194
9.2. Da apelação sumária e do recurso em sentido estrito	200
9.3. Da atuação da Procuradoria de Justiça nos tribunais	201
9.4. A conversão do julgamento em diligência	203
9.5. A decisão colegiada: votação e discussão do acórdão.....	204
9.6. A decisão colegiada: deliberação.....	210
9.7. A apuração do resultado: empate na votação	212
9.8. A apuração do resultado: dispersão de votos	214
10. O PROBLEMA DO DIREITO INTERTEMPORAL	219
10.1. Normas processuais penais e o direito intertemporal	221
10.2. Natureza das normas sobre Recursos e o direito intertemporal	222

PARTE II
RECURSOS EM ESPÉCIE

11. APELAÇÃO	235
11.1. Noções gerais.....	235
11.2. Requisitos de admissibilidade.....	236
11.2.1. Cabimento	236
11.2.1.1. Das sentenças definitivas de condenação ou absol- vição	236
11.2.1.2. Das decisões definitivas ou com força de defini- tivas	237
11.2.1.2.1. O conceito de decisões com força de definitiva e as medidas cautelares reais	240
11.2.1.3. Das sentenças do Tribunal do Júri	241
11.2.1.3.1. Nulidade posterior à pronúncia.....	242
11.2.1.3.2. Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jura- dos	242
11.2.1.3.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança....	243
11.2.1.3.4. Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	243

11.2.2. Legitimidade	250
11.2.3. Interesse.....	250
11.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	252
11.2.4.1. Renúncia ou desistência	252
11.2.4.2. Recolher-se à prisão para apelar	252
11.2.5. Deserção	253
11.2.6. Tempestividade	253
11.2.7. Regularidade formal.....	256
11.2.7.1. As razões recursais	257
11.3. Procedimento.....	258
11.3.1. Formação do traslado	259
11.4. Efeitos da apelação.....	261
11.4.1. Efeito devolutivo.....	261
11.4.2. Efeito suspensivo	264
11.4.3. Efeito regressivo.....	265
11.4.4. Efeito extensivo	265
12. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	267
12.1. Noções gerais.....	267
12.2. Requisitos de admissibilidade.....	268
12.2.1. Cabimento – CPP, art. 581	268
12.2.1.1. Rejeição da denúncia ou queixa	269
12.2.1.2. Concluir pela incompetência	270
12.2.1.3. Julgar procedentes as exceções, exceto de sus- peição.....	270
12.2.1.4. Pronunciar o acusado.....	271
12.2.1.5. Decisões sobre prisão e liberdade provisória	272
12.2.1.6. Declaração ou rejeição do pedido de extinção da punibilidade	274
12.2.1.7. Sentença que concede ou nega habeas corpus.....	275
12.2.1.8. Anula o processo no todo ou em parte	275
12.2.1.9. Denegar a apelação ou julgá-la deserta.....	276

12.2.1.10. Ordenar a suspensão do processo por questão prejudicial.....	277
12.2.1.11. Decidir incidente de falsidade documental	277
12.2.1.12. Decisões sobre pena e medida de segurança.....	277
12.2.1.13. Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV)	278
12.2.2. Legitimidade	280
12.2.3. Interesse.....	280
12.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	280
12.2.5. Tempestividade	281
12.2.6. Regularidade formal.....	282
12.3. Procedimento.....	283
12.3.1. Formação do instrumento	284
12.3.2. Juízo de retratação e o recurso invertido.....	287
12.4. Efeitos do recurso em sentido estrito.....	290
13. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADES	293
13.1. Noções gerais.....	293
13.2. Requisitos de admissibilidade.....	294
13.2.1. Cabimento	294
13.2.2. Legitimidade e interesse.....	297
13.2.3. Tempestividade	298
13.2.4. Regularidade formal.....	299
13.3. Procedimento.....	300
13.4. Efeitos dos embargos infringentes	301
14. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	305
14.1. Noções gerais.....	305
14.2. Requisitos de admissibilidade.....	307
14.2.1. Cabimento	307
14.2.1.1. Ambiguidade e obscuridade	307
14.2.1.2. Contradição.....	308
14.2.1.3. Dúvida.....	310

14.2.1.4. Omissão.....	311
14.2.1.5. Erros materiais e erros evidentes.....	313
14.2.2. Legitimidade e interesse.....	316
14.2.3. Tempestividade.....	316
14.2.4. Regularidade formal.....	317
14.3. Procedimento.....	318
14.4. Efeitos dos embargos de declaração.....	321
14.5. Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	324
14.6. Embargos de declaração meramente protelatórios.....	327
14.7. Julgamento dos embargos de declaração.....	329
15. CARTA TESTEMUNHÁVEL	333
15.1. Noções gerais.....	333
15.2. Requisitos de admissibilidade.....	334
15.2.1. Cabimento.....	334
15.2.2. Legitimidade e interesse.....	335
15.2.3. Tempestividade.....	336
15.3. Procedimento.....	337
15.4. Efeitos da carta testemunhável.....	339
16. CORREIÇÃO PARCIAL	341
16.1. Noções gerais.....	341
16.2. Requisitos de admissibilidade.....	342
16.2.1. Cabimento.....	342
16.2.1.1. Cabimento em matéria criminal.....	344
16.2.2. Legitimidade.....	346
16.2.3. Tempestividade.....	346
16.3. Procedimento.....	347
16.4. Efeitos da correção parcial.....	349
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	351
17.1. Noções gerais.....	351

17.2.	Regime jurídico do recurso extraordinário e do recurso especial no processo penal	355
17.3.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	359
17.3.1.	Cabimento	359
17.3.1.1.	O conceito de “questões de direito”	359
17.3.1.2.	O conceito de “decisão de única ou última instância”	362
17.3.1.3.	Órgão que proferiu a decisão	362
17.3.1.4.	O conceito de “causas decididas”	363
17.3.1.5.	O prequestionamento	364
17.4.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	369
17.4.1.	Contrariar dispositivo da constituição	369
17.4.2.	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal....	373
17.4.3.	Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição	375
17.4.4.	Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	376
17.4.5.	A repercussão geral da questão constitucional.....	377
17.4.5.1.	A repercussão geral: relevância econômica, política, social ou jurídica	379
17.4.5.2.	Repercussão geral em matéria penal.....	383
17.5.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	386
17.5.1.	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	386
17.5.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	389
17.5.3.	Dissídio jurisprudencial.....	390
17.6.	Legitimidade	392
17.7.	Interesse	393
17.8.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	394
17.8.1.	Deserção pela falta de preparo	394
17.8.2.	Desistência	396
17.9.	Regularidade formal.....	396
17.10.	Tempestividade.....	402
17.10.1.	Contagem do prazo em dias úteis ou dias corridos	403
17.10.2.	Contagem do prazo em dobro no caso de litisconsortes	404

17.11. Procedimento	404
17.11.1. Da fungibilidade entre recurso especial e extraordinário	407
17.12. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos..	407
17.13. Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal.....	419
17.14. Efeitos dos recursos especial e extraordinário	425
17.14.1. Efeito devolutivo	425
17.14.2. Efeito suspensivo	425
17.14.3. Efeito regressivo e efeito extensivo.....	429
18. AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	431
18.1. Noções gerais.....	431
18.2. O novo CPC e a unificação do regime do agravo em recurso especial e extraordinário	431
18.3. Requisitos de admissibilidade.....	433
18.3.1. Cabimento	433
18.3.1.1. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de repercussão geral.....	433
18.3.1.2. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de recursos repetitivos.....	435
18.3.2. Legitimidade e interesse.....	436
18.3.3. Ausência de fato impeditivo.....	437
18.3.4. Tempestividade	437
18.4. Procedimento.....	437
18.5. Efeitos do agravo.....	439
19. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	441
19.1. Noções gerais.....	441
19.2. O novo CPC e a unificação do regime dos Embargos de Divergência	442
19.3. Requisitos de admissibilidade.....	444
19.3.1. Cabimento	444
19.3.1.1. Características do acórdão embargado	446
19.3.1.2. Características do acórdão paradigma	449

19.3.2. Legitimidade e interesse.....	450
19.3.3. Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência...	452
19.3.4. Ausência de fato impeditivo.....	454
19.3.5. Tempestividade	455
19.4. Procedimento.....	455
19.4.1. Embargos de Divergência no STF	455
19.4.2. Embargos de Divergência no STJ	456
19.5. Efeitos dos Embargos de Divergência	457
19.5.1. Efeito devolutivo.....	457
19.5.2. Efeito suspensivo	458
19.5.3. Efeito regressivo e efeito extensivo	459
20. AGRAVO EM EXECUÇÃO	461
20.1. Noções gerais.....	461
20.2. Requisitos de admissibilidade.....	461
20.2.1. Cabimento	461
20.2.2. Tempestividade	462
20.2.3. Legitimidade e interesse.....	462
20.3. Procedimento.....	462
20.4. Efeitos do agravo em execução	463

PARTE III

ACÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

21. ACÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL	467
22. REVISÃO CRIMINAL	471
22.1. Noções gerais.....	471
22.2. Condições da ação	474
22.2.1. Interesse de agir: hipóteses de cabimento prevista em lei.....	474
22.2.1.1. Contrariar o texto expresso da lei penal.....	477
22.2.1.1.1. Revisão criminal e a mudança jurisprudencial	478
22.2.1.2. Contrariar a evidência dos autos	483
22.2.1.3. Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	485

22.2.1.4. Após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado.....	487
22.2.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	492
22.2.3. Legitimidade	494
22.3. Pressupostos processuais	496
22.3.1. Competência.....	497
22.4. Procedimento.....	499
22.5. Ônus da prova.....	501
22.6. Resultados da revisão criminal.....	502
22.7. Efeitos da sentença absolutória.....	504
22.8. Coisa julgada e repositura da revisão criminal	507
22.9. Indenização pelo erro judiciário	507
23. HABEAS CORPUS.....	511
23.1. Natureza jurídica	511
23.2. Notícias históricas	511
23.3. Tutela jurisdicional	512
23.4. Condições da ação	515
23.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	515
23.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	517
23.4.3. Legitimidade	522
23.4.3.1. Legitimados ativos.....	522
23.4.3.2. Legitimado passivo	524
23.5. Pressupostos processuais	526
23.6. Competência	528
23.7. Procedimento.....	530
23.8. Ônus da prova.....	534
24. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS	539
24.1. Noções gerais	539
24.2. Requisitos de admissibilidade.....	539
24.2.1. Cabimento	539
24.2.2. Legitimidade	541

24.2.2.1. Desnecessidade de procuração no recurso em <i>habeas corpus</i>	542
24.2.3. Interesse recursal	544
24.2.4. Ausência de fato impeditivo.....	544
24.2.5. Tempestividade	544
24.3. Procedimento.....	545
24.4. Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	545
25. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL	549
25.1. Natureza jurídica	549
25.2. Notícias históricas	549
25.3. Tutela jurisdicional	550
25.4. Condições da ação	551
25.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	551
25.4.1.1. Mandado de segurança contra medidas cautelares patrimoniais	553
25.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade.....	555
25.4.2.1. A adequação: natureza do direito tutelado	555
25.4.2.2. A adequação: comprovação documental do direito líquido e certo	557
25.4.3. Legitimidade.....	558
25.4.3.1. Legitimados ativos.....	558
25.4.3.2. Legitimado passivo.....	559
25.5. Pressupostos processuais	560
25.6. Competência.....	562
25.7. Procedimento.....	564
26. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	567
26.1. Noções gerais.....	567
26.2. Requisitos de admissibilidade.....	567
26.2.1. Cabimento	567
26.2.2. Legitimidade.....	568
26.2.3. Interesse recursal	569

26.2.4. Ausência de fato impeditivo.....	569
26.2.5. Tempestividade	569
26.3. Procedimento.....	569
26.4. Efeitos do recurso ordinário	570
27. RECLAMAÇÃO	573
27.1. Notícias históricas	573
27.2. Natureza jurídica	575
27.3. Tutela jurisdicional	581
27.4. Condições da ação	583
27.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	583
27.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	584
27.4.3. Legitimidade	586
27.4.3.1. Legitimados ativos.....	586
27.4.3.2. Legitimado passivo	586
27.5. Pressupostos processuais	587
27.6. Competência.....	587
27.7. Procedimento.....	589
28. EMBARGOS DE TERCEIRO	595
28.1. Natureza	595
28.2. Cabimento	596
28.3. Momento	596
28.4. Competência.....	597
28.5. Procedimento.....	598
28.6. Recursos.....	600
29. EMBARGOS DO ACUSADO	603
29.1. Cabimento	603
29.2. Procedimento.....	603
30. EMBARGOS DO TERCEIRO DE BOA-FÉ	609
30.1. Cabimento	609
30.2. Procedimento.....	610
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	611